

Evento	Reunião do Grupo de Trabalho - Secretários de Audiência
Data	21/6/2024
Horário	14h
Local	Telepresencial pelo Google Meet
Presentes	<ul style="list-style-type: none">- Desembargador Edison dos Santos Pelegrini;- Desembargadora Ana Cláudia Torres Vianna;- Juíza Juliana Benatti;- Juíza Andreia de Oliveira;- Juíza Camila Ceroni Scarabelli;- Juiz Caio Rodrigues Martins Passos;- Servidora Paula Toniatti;- Servidora Carolina Magalhães Serne Carnevalli;- Servidora Liliam Maria de Camargo;- Servidora Camila Lelis Yamaya;- Servidor Cesar Torres Seisdodos;- Servidora Naray Pena Pereira;- Rosicler Silva Roso.
Ausências justificadas /	
Pauta / Assuntos	Condições de trabalho dos secretários de audiência do Fórum de Campinas

O Desembargador Coordenador, Edison dos Santos Pelegrini, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todos. Esclareceu ser uma conversa informal objetivando identificar os problemas e encontrar soluções para melhores condições de trabalho dos Secretários de Audiência. Informou que o Grupo de Trabalho foi instituído pelo Comitê de Gestão de Pessoas que está empenhado em encontrar meios para solução da problemática, em sintonia com a administração que tem real interesse em solucioná-la. Ressaltou a importância da participação de diferentes atores, para trabalho em conjunto tendo como objetivo a construção da melhor solução possível para todos.

A Desembargadora Ana Cláudia Torres Vianna explicitou que até o ano de 2023 integrava a Primeira Instância, e que a implantação do Equaliza trouxe um novo olhar e novas necessidades de trabalho. A partir de sua normatização, os secretários de audiência também ficaram responsáveis pelos trabalhos do pré e pós-pauta. A reformatação das rotinas, é um desafio a mais para os gestores.

O Magistrado Caio Rodrigues Martins Passos enfatizou que com as novas rotinas de trabalho no Fórum houve a perda de vinculação entre os secretários de audiência e os magistrados de 1º grau, além do acréscimo de novas competências relacionadas com as audiências, trabalhos da pré e pós-pauta, atividades que antes eram exercidas pelas Secretarias. Também ressaltou o déficit de servidores, que atualmente faltam 5 secretários de audiência. Pontuou que as demandas repentinas para atuar em outras unidades do fórum inviabilizam a criação de uma rotina de trabalho e aumentam o nível de estresse entre os secretários. Que a convocação pelo sistema de rodízio tem gerado muita instabilidade pela movimentação dos secretários repentinamente, sem nenhuma previsibilidade. Sugeriu para cada secretário um número máximo de 4 (quatro) pautas semanais e

atuação em até 3 (três) unidades do fórum, aumentando a identificação servidor-magistrado. Enfatizou que a diferença de estilos de unidades operacionais é fator de estresse. Enquanto não for possível preencher o quadro dos secretários com função comissionada FC4, que haja organização prévia das pautas semanalmente; limitação nas coberturas extras, em unidades predeterminadas; organizar uma forma de plantão; redistribuição das tarefas de forma adequada; rodízios fixos, com justa divisão e previsibilidade; oferecimento de treinamentos contínuos. Havendo pauta adicional, que tenha apoio de outro servidor. Finalizou demonstrando a importância de se vincular os secretários aos gabinetes dos juízes, enfatizando o papel da gestão e da inteligência na gestão do tempo, com reflexo na produção e na estatística.

A servidora Naray Pena Pereira enfatizou que o maior problema é a falta de servidores/secretários e a carga de trabalho excessiva das audiências, propondo como solução o preenchimento dos cargos vagos e a instituição de um corpo de reserva técnica, preparada e treinada para realização dos trabalhos de audiência. Até que o quadro esteja completo, que haja ajuda do pessoal do conhecimento nos trabalhos das pautas, pré e pós; limitando a 4 dias de audiências por semana para cada secretário.

O Desembargador Edison dos Santos Pelegrini ressaltou a importância da previsibilidade e de condições dignas de trabalho, que a vida humana não se resume ao trabalho.

A Desembargadora Ana Cláudia Torres Vianna questionou se há auxílio em caso de pauta extra. A servidora Naray Pena Pereira disse que sim, mas que “o cobertor é curto, socorrendo aqui e estourando ali”.

A Magistrada Camila Ceroni Scarabelli questionou se há cobertura de secretários em ausência como férias e doenças. A servidora Naray Pena Pereira disse que há quem substitua, mas que não se trata de uma reserva técnica. Enfatizou a necessidade de estabelecimento de um número máximo de 4 (quatro) pautas semanais por secretário. Além desse quantitativo, a probabilidade de adoecimento aumenta consideravelmente, encerrou.

A servidora Liliam Maria de Camargo levantou a questão do assédio moral, devendo também ser considerado por este colegiado.

O servidor Cesar Torres Seisdedos informou a existência de grupo com mais de 150 secretários que se ajudam mutuamente em situações de emergência. Enfatizou que, além do pré e do pós pauta, há o trabalho intra-pauta; que o volume e a complexidade processual aumenta a cada dia; que as audiências não ocorrem de forma padronizada, sendo construídas de acordo com cada processo e com as características de cada ator envolvido, e que a tecnologia impõe conhecimentos além do Direito. O dimensionamento físico, a acústica, também, afirmou ser fator que influencia o trabalho e a qualidade da audiência.

O Excelentíssimo Desembargador Edison dos Santos Pelegrini enfatizou que a figura do antigo secretário não existe mais, que as qualificações e intercorrências são maiores. Pensa que o colegiado pode analisar como um dos itens o treinamento do pessoal, e que o treinamento deve ser constante.

O Excelentíssimo Magistrado Caio Rodrigues Martins Passos ressaltou a importância do treinamento e que na magistratura há ação formativa. Os servidores, por outro lado, não possuem curso prévio, desenvolvendo seu conhecimento durante o exercício laboral. Em suas palavras, “a falta de treinamento também afasta da função”.

O servidor Cesar Torres Seisdedos enfatizou as peculiaridades existentes em cada Vara do Trabalho, e que tal fator deve ser considerado no processo pedagógico, não só de quem começa, mas também

de quem está em exercício.

A Magistrada Juliana Benatti observou que é importante, no período de treinamento, enfatizar o trabalho do secretário como fonte de valorização e crescimento, e não de adoecimento.

A Desembargadora Ana Cláudia Torres Vianna propôs, além da capacitação, a identificação de talentos e a formação de um cadastro de servidores denominados “anjos”, com a função de “adotar” servidores e servi-los de conhecimento e experiência.

O Desembargador Edison dos Santos Pelegrini publicizou ter escutado a ideia de se pensar em uma forma de vinculação do magistrado com o secretário. Tal vinculação favorece o planejamento e o conhecimento procedimental.

O Magistrado Caio Rodrigues Martins Passos concordou, acrescentando que o trabalho conjunto aumenta a produtividade, reduz os erros e atenua a possibilidade de estresse.

A Magistrada Andreia de Oliveira expôs achar importantíssimo a vinculação do servidor ao magistrado, favorecendo o bom andamento do trabalho.

A Desembargadora Ana Cláudia Torres Vianna sugeriu a vinculação, a reserva técnica, a capacitação e a figura do “anjo” (secretário(a) que acolhe, treina e orienta o novo secretário(a)).

A servidora Rosicler Silva Roso sugeriu delegação de atribuições como a notificação, concentrando os secretários às pautas.

A servidora Camila Lelis Yamaya salientou que a Escola Judicial está concluindo um curso para treinamento dos secretários de audiência que deverá ser disponibilizado em breve.

O Excelentíssimo Desembargador Edison dos Santos Pelegrini questionou se há predomínio de audiências presenciais ou virtuais. A servidora Rosicler Silva Roso respondeu que depende de cada unidade, que alguns magistrados preferem presencial por risco de um número excessivo de redesignação por causa da conexão da internet. A Magistrada Andreia de Oliveira afirmou utilizar procedimento de que a responsabilidade por eventuais problemas na conexão será do demandante, evitando redesignação de audiência por motivo de problema de conexão.

A servidora Carolina Magalhaes Serne Carnevalli, Coordenadora de Provimento e Vacância, representando a Secretária de Gestão de Pessoas, salientou que reposição do quadro e a criação de funções comissionadas são pontos críticos e históricos deste Regional. Lembrou que secretários de audiências ocupam diferentes funções, o que não é o cenário ideal, mas que não há perspectiva de curto prazo de criação de novas funções, devendo este Tribunal utilizar da inteligência como solução. Enalteceu a necessidade de auxílio quanto às atribuições pré e pós-pauta, de forma a diminuir o sobrecarregamento, concentrando os secretários às audiências. Mostrou a importância de uma carga de trabalho menor dos secretários ocupantes de FC2 se comparados aos ocupantes de FC4, por questão de justiça. Publicizou que atualmente, no fórum de Campinas, o déficit é de 7 (sete) servidores. Informou que a priorização de servidores é para o 1º Grau, mas que não necessariamente ocuparão as vagas de secretário de audiência.

A Magistrada Camila Ceroni Scarabelli sugeriu junções de funções comissionadas menores com a finalidade de criação de FC4.

A Desembargadora Ana Cláudia Torres Vianna propôs nova pesquisa de interesse quanto às funções de secretários de audiência, ou revezar as funções temporárias do segundo secretário. Trata-se de disponibilização de FC5 de assistente de juiz, mas não ocupada por vacância de

magistrado. A servidora Carolina Magalhaes Serne Carnevalli respondeu afirmativamente, podendo ser possível a realização de novo estudo.

A servidora Rosicler Silva Roso lembrou o quão difícil foi a atuação durante a pandemia, o desgaste psicológico ocorrido. Mencionou momento em que a conexão caiu durante a audiência, não mais voltando. Ao fim, disse que a implantação do Equaliza, ainda que presentes aspectos positivos, fragilizou ainda mais este corpo de servidores. “Não somos mais secretários, mas pessoas especializadas em tudo”, disse. Ainda que ofereçam uma FC5, continuou, a existência de cinco (5) pautas favorece o adoecimento. “Mesmo com a FC5, muita gente não vai querer”, encerrou.

Por fim, a servidora Carolina Magalhaes Serne Carnevalli informou a abertura do processo PRAD nº 9.937/2024, contendo muito dos assuntos aqui tratados, e que também há um relatório elaborado pela Secretaria da Saúde que aponta algumas questões psicológicas, rotineiras e operacionais, colocando-se à disposição.

O Excelentíssimo Desembargador Edison dos Santos Pelegrini discorreu sobre a necessidade de se pensar em ações de curto, médio e longo prazo, mostrando-se à disposição para a interlocução junto à Administração. Ressaltou que fundir funções menores significaria retirar funções de outros servidores, tratando-se de processo complexo.

Ao final, encerrou-se a reunião às 16h09, agradecendo a todos pela participação. Próxima reunião a ser agendada em momento oportuno.

Ata preparada por	Carlos Eduardo Buzan Larica Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês	Em	21/6/2024
Ata aprovada por	Desembargador Coordenador, Edison dos Santos Pelegrini.	Em	25/6/2024